

## **NOTA TÉCNICA - PISO DO MAGISTÉRIO 2026**

**Assunto:** Posicionamento sobre Medida Provisória nº 1.334/2026 que altera o critério de reajuste do piso salarial profissional nacional do magistério

### **1. Identificação da norma**

- Norma: Medida Provisória nº 1.334, de 21 de janeiro de 2026
- Publicação: Diário Oficial da União de 22/01/2026
- Objeto: Altera a Lei nº 11.738/2008 para dispor sobre o piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica.

### **2. Fundamentação constitucional e legal**

A MP passa a vincular expressamente o piso salarial ao:

- Art. 212-A, caput, inciso XII, da Constituição Federal (incluído pela EC do Fundeb permanente), que trata da valorização dos profissionais da educação.

### **3. Alterações centrais promovidas pela MP**

#### **3.1. Redefinição do objeto da Lei do Piso**

O art. 1º da Lei nº 11.738/2008 passa a declarar expressamente que regulamenta o piso previsto no art. 212-A, XII, da Constituição.

#### **3.2. Fontes de financiamento do piso**

O art. 4º da Lei do Piso foi alterado para estabelecer como fontes de financiamento:

- Recursos do art. 212-A, caput, incisos I e II;
- Inciso V, alíneas “a” e “b”, da Constituição;
- Observadas as vinculações mínimas do inciso XI do art. 212-A.

Isso reforça que o piso deve ser custeado prioritariamente com recursos do Fundeb e das vinculações constitucionais da educação.

#### **3.3. Novo critério de atualização anual do piso**

O art. 5º da Lei nº 11.738/2008 foi profundamente modificado, estabelecendo:

**a) Competência para atualização**

- A atualização anual será feita por **Ato do Ministro de Estado da Educação**, até o último dia útil de janeiro de cada ano.
- Produz efeitos retroativos a janeiro do próprio ano da atualização.

**b) Fórmula de cálculo da atualização**

Em 2026, de acordo com Medida Provisória (MP) – 1.334/2026, o piso será atualizado em 5,4%. Passará de R\$ 4.867,77 para R\$ 5.130,63, válido para a rede pública de todo o país, com jornada de 40 horas semanais. O percentual representa um ganho real de 1,5% acima da inflação medida pelo INPC de 2025, que foi de 3,9%. A atualização, calculada com base nos novos critérios previstos pela medida provisória, será publicada em portaria do Ministério da Educação.

A partir da MP o percentual de reajuste anual passa a ser a soma de:

**I – INPC do ano anterior;**

**II – 50% da média dos últimos cinco anos da variação real da receita do Fundeb**, corrigida pelo INPC, relativa às contribuições de Estados, DF e Municípios.

**c) Limites mínimo e máximo do reajuste**

O percentual final:

- **Não pode ser inferior ao INPC do ano anterior;**
- **Não pode ser superior à variação percentual da receita nominal do Fundeb** entre os dois anos anteriores, incluindo complementações da União.

**4. Revogações expressas**

Foram revogados:

- § 1º e § 2º do art. 4º da Lei nº 11.738/2008;
- Parágrafo único do art. 5º da Lei nº 11.738/2008.

Essas revogações eliminam regras anteriores de complementação e atualização que não estavam alinhadas ao novo modelo constitucional do Fundeb.

**5. Análise técnica dos efeitos práticos**

A MP nº 1.334/2026 promove três mudanças estruturais relevantes:

1. **Constitucionalização plena do piso**, vinculando-o diretamente ao art. 212-A da CF, e não mais apenas à Lei nº 11.738/2008.
2. **Novo modelo híbrido de reajuste**, combinando:
  - Inflação (INPC)
  - Crescimento real do Fundeb (50% da média quinquenal)
3. **Criação de teto de crescimento**, limitado à variação nominal da receita do Fundeb, reduzindo o risco de reajustes superiores à capacidade financeira dos entes federados.

Esse novo regime busca:

- Maior previsibilidade fiscal para Estados e Municípios;
- Preservação do poder de compra dos docentes (piso mínimo = INPC);
- Vinculação do crescimento do piso à expansão real do financiamento educacional.

## 9. Conclusão

A Medida Provisória nº 1.334/2026:

- Reestrutura juridicamente o regime do piso do magistério;
- Estabelece fórmula de reajuste objetiva, anual e vinculada ao Fundeb;
- Cria limites mínimo e máximo para o reajuste;
- Reforça a base constitucional e o financiamento vinculado.

Trata-se de alteração de alto impacto para a gestão de pessoal da educação básica em todos os entes federados, com efeitos diretos sobre planejamento orçamentário, negociações salariais e cumprimento do piso nacional.

A MP será tramitada no Congresso Nacional que terá até 120 dias para concluir a votação nas duas casas e aprovar a alteração na lei do piso.

Curitiba, 22 de janeiro de 2026.



**Prof. Jacir Bombonato Machado**  
Superintendente Executivo – CIEDEPAR

